

APRESENTAÇÃO: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA MACRORREGIÃO NORTE DO BRASIL¹

Maria Paula Santos²
Angelina Parreiras³
Vivória Hoff da Cunha⁴

Segundo o World Health Statistics, em 2019, o Brasil se destacou negativamente como o país com maior número absoluto de homicídios no mundo (68.779 assassinatos) e o 11º com a maior taxa de homicídio por 100 mil habitantes (32,6). A título de comparação, segundo a base de dados The Global Health Observatory, da World Health Organization (WHO), no mesmo período, o mundo registrou taxa média de 6,2 homicídios por 100 mil habitantes, e o continente americano, 19,2.⁵ Conforme dados apurados pelo *Atlas da Violência*, publicação realizada anualmente, desde 2016, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP),⁶ as taxas de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil vêm aumentando consideravelmente desde 1980, alcançando seu ponto máximo em 2017. O índice reduziu-se em 2018, o que não representou a diminuição da violência no conjunto do país,⁷ já que grande parte da população e, de forma mais agravada, determinados indivíduos e territórios, continuam a ser desproporcionalmente afetados.

Como mostram Cerqueira *et al.* (2016), a distribuição dos homicídios no território nacional nunca foi homogênea e se alterou bastante nos últimos quarenta anos: se, na década de 1990, eles se concentravam na região Sudeste, desde meados dos anos 2000 observa-se um processo de interiorização da violência, que se deslocou “das grandes regiões metropolitanas para os municípios do interior do país, sobretudo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (*op. cit.*, p. 10).

A movimentação dos indicadores sobre eventos violentos no país vem sendo sistematicamente observada, registrada e divulgada pelo Ipea, desde 2016, por meio do *Atlas da Violência*. Não obstante, são poucos os trabalhos dedicados a descrever as dinâmicas sociais que impulsionam esses números, nas diferentes parcelas do território brasileiro. Em vista disso, a Coordenação de Justiça e Segurança

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36apresenta>

2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea); e doutora em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). *E-mail*: mariapaula.santos@ipea.gov.br.

3. Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest/Ipea; e mestra em antropologia social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn/UFMG). *E-mail*: angelina.silva@ipea.gov.br.

4. Bolsista do PNPd na Diest/Ipea; bacharela em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e mestra em direito pela UFRGS. *E-mail*: victoria.cunha@ipea.gov.br.

5. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/estimates-of-rates-of-homicides-per-100-000-population>.

6. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.

7. Variações nas taxas e frequências (números absolutos) de eventos letais são comuns ao longo de séries históricas, de modo que a diminuição não necessariamente representa uma tendência. Além disso, outra circunstância que relativiza a importância dessa diminuição diz respeito ao aumento “recorde” do número de registros de mortes violentas de causa indeterminada (MVCI) desde 2018, o que contribui com a piora substancial da qualidade da produção dos dados da saúde. Outros fatores apontados são a mudanças no perfil sociodemográfico da população brasileira, verificando-se a diminuição da composição de jovens; as modificações no cenário de guerra/armistício estabelecido entre as maiores nações do Brasil; e, finalmente, a pandemia de covid-19 (Ipea, 2021).

Pública (Cojus), da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, vem realizando um projeto destinado a investigar, por meio de metodologia qualitativa, os fenômenos que determinam os padrões de violência letal em diferentes parcelas do território brasileiro, para além das oscilações de indicadores quantitativos. Esta publicação é um dos produtos desse projeto e aborda especificamente a região Norte do país, a primeira a ser objeto dessa investigação. Para compô-la foram convidados pesquisadores e professores universitários, em sua maioria radicados na própria região Norte, que têm se dedicado aos temas e problemas ligados à violência e à criminalidade em seus estados e na região como um todo.

Como já referido, a macrorregião Norte desponta no cenário brasileiro como uma daquelas em que a criminalidade e a violência letal mais cresceram nos anos recentes. Enquanto a taxa de homicídios do país aumentou 85% entre 1980 e 2019, a da região Norte registrou no mesmo período um crescimento de 260,3%.

Os conflitos sociais nessa região não são fatos novos. Decorrem de disputas que envolvem a posse e propriedade da terra, a exploração de recursos naturais, o controle de rotas do narcotráfico, entre outras mazelas que têm impactado sobremaneira as populações urbanas e rurais da região.

Historicamente vista como um vazio demográfico, uma terra sem homens, a região Norte tornou-se, não obstante, depositária das expectativas de seguidos governos nacionais do século XX, que entendiam ser aquela também uma “terra da superabundância e o celeiro do mundo” (Loureiro, 2002), dotada de recursos capazes de alavancar o desenvolvimento capitalista brasileiro e fazer do Brasil uma potência econômica mundial.

Entre os períodos de expansão econômica da região Norte, merecem destaque os ciclos da borracha (1879-1912 e 1942-1945). No entanto, foi especialmente durante os governos militares (1964-1985), no entanto, que se estabeleceu na região uma frente pioneira liderada pelo Estado, que para lá orientou o avanço da fronteira agropecuária do país, além de vultosos investimentos em mineração, geração de energia, telecomunicações, transportes e infraestrutura industrial, que se fizeram acompanhar de intensos movimentos migratórios – tudo isto às expensas da natureza amazônica e de suas populações tradicionais, muitas vezes vitimadas pelos efeitos não antecipados e perversos dessas intervenções (Loureiro, 2002).

Ao longo desse processo, a região acumulou diversas camadas de conflitos, envolvendo uma multiplicidade de atores, cujos interesses foram se constituindo em distintos momentos históricos e acabaram, a certa altura, por colidir – muitas vezes, de forma trágica – com a ausência de arranjos institucionais que os mediassem de forma efetiva e pacífica. Assim, grandes empreendedores rurais e camponeses; populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos); garimpeiros, entre outros grupos, foram lançados em embates que perduram até os dias de hoje, deixando vítimas incontáveis, algumas com maior destaque midiático, como Chico Mendes (1988), as doze vítimas do massacre de Corumbiara (1995), os 21 trabalhadores rurais de Eldorado dos Carajás (1996) e a irmã Dorothy Stang (2005). A esses conflitos, mais recentemente somaram-se outros, trazidos pela expansão e o fortalecimento de organizações criminosas que, voltadas inicialmente ao contrabando ou ao tráfico internacional de drogas nas fronteiras ao norte – onde se situam os principais países produtores de cocaína, como Colômbia, Peru e Bolívia –, passaram a participar dos inúmeros negócios ilícitos espalhados pelo território, elevando dramaticamente o patamar da violência ali observado, do qual

resultaram dezenas de indígenas mortos e os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips (2022).

A partir dos estudos realizados pelo Ipea e por outros pesquisadores (FBSP, 2022; Waisbich, Husek e Santos, 2022), delinea-se um quadro em que alguns elementos se mostram centrais para a compreensão da violência e da criminalidade na região Norte, razão pela qual orientam os temas abordados nesta publicação. São eles:

- a expansão da fronteira agropecuária nacional e a questão da estrutura fundiária, atravessada pela grande quantidade de terras não destinadas na região e pela fragilidade dos mecanismos de regularização fundiária, que têm favorecido a grilagem e os conflitos intensos em torno de sua posse, propriedade e uso;
- a expansão do garimpo ilegal na região, especialmente o do ouro;
- a expansão recente, para os estados do Norte, das facções criminosas de base prisional e sua penetração em diversos negócios ilícitos;
- o enfraquecimento das políticas e instituições de controle socioambiental na região e o incentivo à exploração predatória de recursos naturais pelo governo federal – flexibilização e incentivo que começaram a ser perpetrados em 2016, após o golpe contra o governo Dilma e o início do governo Temer;
- o aumento da circulação de armas de fogo na região, sobretudo pela multiplicação de licenças para colecionador, atirador desportivo e caçador (CAC);⁸ e
- a banalização da violência contra camponeses e povos tradicionais, bem como da violência policial.

Essas questões estão presentes nos artigos apresentados neste número especial do *Boletim de Análise Político-Institucional*, os quais estão distribuídos nos cinco grandes eixos temáticos listados a seguir.

- 1) Dinâmica da violência e letalidade na região Norte.
- 2) Avanços da fronteira agrícola e conflitos fundiários.
- 3) Facções, tráfico de drogas e narcogarimpo.
- 4) Violência contra população indígena e povos tradicionais.
- 5) Violência e instituições na região Norte.

O artigo que abre a publicação, *Dinâmica dos homicídios na região Norte do Brasil*, de autoria de Danilo Santa Cruz Coelho, Alisson Gomes dos Santos e Henrique José de Paula Alves, esmiúça os dados estatísticos referentes à evolução histórica dos homicídios da região Norte, considerando suas Unidades Federativas (UFs), destacando os perfis das vítimas (raça, gênero, idade e escolaridade), bem como os instrumentos utilizados pelos agressores. Os resultados indicam uma estabilidade temporal na prevalência de vítimas pardas, com escolaridade incompleta e idade entre 15 e 29 anos. Os autores relatam também um aumento recente na proporção de homicídios cometidos com o uso de arma de fogo e uma convergência entre as taxas de homicídio dos municípios menores em relação aos demais municípios, assim como entre os municípios do interior em face aos das regiões metropolitanas.

8. Estima-se que na Amazônia Legal o número de clubes de tiro saltou de nove, em 2016, para 163 em 2022 (Castro, 2022).

O segundo artigo, *Dinâmicas dos mercados ilegais, criminalidade e representações sobre a violência: a cartografia dos conflitos na faixa de fronteira Brasil, Colômbia e Peru no estado do Amazonas*, elaborado por Pedro Rapozo, Reginaldo Conceição da Silva e Taciana de Carvalho Coutinho, aborda o contexto específico da região de fronteira do Alto Solimões, no Amazonas, a partir dos estudos produzidos pelo Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam), situado em Tabatinga, Amazonas, onde atuam os autores. Com base na metodologia do mapeamento social e demais técnicas de qualificação de informações junto a interlocutores locais, os estudos do Nesam têm permitido uma compreensão particular sobre a configuração da violência em territórios de povos e comunidades tradicionais, resultante da exploração ilegal de recursos naturais em áreas protegidas. O texto analisa também a dinâmica dos mercados ilegais transfronteiriços, que revela, por meio dos conflitos e da criminalidade, um debate sobre a segurança pública e a condição *presente-ausente* do Estado, frente às atividades ilícitas em faixas de fronteira do arco Norte brasileiro.

O segundo eixo temático é representado pelo artigo *Agrobandidagem e a expansão da fronteira na Amazônia Sul-Occidental*, de Ricardo Gilson da Costa Silva. O autor trata da expansão da fronteira agrícola e das economias extrativas na Amazônia Sul-Occidental, cujos impactos sociais e ambientais atingem territórios protegidos e propriedades familiares. A partir dos conceitos de conflitos por terra e *agrobandidagem*, avaliam-se as forças do capital neoextrativo, articuladas com a política do agronegócio, que, primordialmente, fragilizam a política ambiental e os direitos territoriais, com vistas a concentrar terras públicas, causando desterritorialização dos povos amazônicos e do campesinato regional.

O terceiro eixo, *Facções, tráfico de drogas e narcogarimpo*, abrange cinco artigos. O primeiro deles, *Dinâmica da violência e do crime na macrorregião Norte do Brasil: o efeito das facções criminais*, de Camila Caldeira Nunes Dias, traz um diagnóstico das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que possibilitaram a expansão das facções de base prisional sudestinas – Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo; e Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro – por todo o Brasil. O texto analisa ainda os impactos específicos desse processo na macrorregião Norte e seus estados, mostrando que a relação do PCC e do CV com grupos locais fortaleceu a apropriação e sobreposição das atividades do mercado de drogas à criminalidade própria da região, como a ocupação irregular de terras e a exploração ilegal de madeira e de minérios, que representam novas oportunidades econômicas e de diversificação criminal, a partir das quais as facções ampliam e alicerçam seus domínios.

O artigo seguinte, *Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional*, de Aiala Colares de Oliveira Couto, procura demonstrar como a fragilidade institucional, a falta de fiscalização e a negligência do Estado propiciaram o fortalecimento de redes criminosas no contexto transfronteiriço da região Norte. Segundo o autor, a consolidação dessas redes foi possível graças às conexões entre narcotráfico e crimes ambientais ao longo das rotas de contrabando de madeira e minérios, no curso das quais submetem violentamente as populações locais.

O artigo *A cocaína na Amazônia: o tráfico de drogas e a redistribuição das redes criminais no sudoeste amazônico*, de Rodolfo Jacarandá, se propõe a tratar da relação dos estados do Acre, de Rondônia e de Mato Grosso com os países de fronteira, Peru e Bolívia, dois dos maiores produtores mundiais de cocaína. Um dos principais argumentos desenvolvidos pelo autor é que, além das rotas hidroviárias, muito mencionadas quando se aborda o transporte de drogas na região, é preciso

considerar também a importância da malha rodoviária do sudoeste amazônico, bastante eficaz para o escoamento rápido de drogas – especialmente a BR-364, que permite acesso direto ao sudeste do país; e a BR-319 (rodovia Manaus-Porto Velho) e BR-230 (rodovia Transamazônica), que interligam o oeste ao leste amazônico.

Ainda no mesmo eixo temático, os dois artigos que se seguem abordam a associação entre garimpo e narcotráfico na região, especificamente na Terra Indígena (TI) Yanomami (em Roraima e no Amazonas), ainda que em perspectivas distintas. Enquanto o artigo “*Narcogarimpo*” na *Terra Indígena Yanomami*, de Rodrigo Chagas, foca nos modelos de negócios adotados diferencialmente pelo PCC e pelo CV junto às áreas de garimpo na TI Yanomami, o texto *Esquemas criminais: a emergência do Primeiro Comando da Capital no garimpo ilegal da Terra Indígena Yanomami*, de Ana Figueiredo e Ryanny Guimarães, oferece uma interpretação sobre as possíveis vantagens da associação entre garimpo e narcotráfico e suas consequências.

Compondo a seção temática sobre violência contra população indígena e povos tradicionais, o artigo *Violência e povos indígenas na Amazônia brasileira*, de Frederico Barbosa e Isabella Lunelli, apresenta um quadro ampliado das violações de direitos e de elementos estruturais – como a ideologia integracionista⁹ – que perpetuam a exclusão e a violência contra os povos indígenas no Brasil. Os autores destacam a complexibilidade envolvida na interpretação dessa violência, apontando suas diferentes dimensões, assim como suas variadas motivações e manifestações. A partir dessa contextualização, apresentam-se alguns dados estatísticos – já sistematizados e publicados nas várias edições do *Atlas da Violência* – de ocorrências de atos violentos perpetrados contra indígenas, bem como uma análise sobre os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, em junho de 2022, os quais são qualificados como um *transbordamento* da violência contra indígenas, que afeta também aqueles que lhes são solidários.

Dois artigos encerram esta edição, no eixo temático *Violência e instituições na região Norte*. O primeiro é o ensaio *Muito além das facções: uma agenda de pesquisas sobre ilegalismos, violências e Estado na Amazônia*, de Fábio Candotti e Flávia Melo, que problematiza o recente interesse em torno das questões de segurança pública, defesa nacional, proteção social e meio ambiente na Amazônia, a partir de pesquisas realizadas pelos autores desde a década passada na região, e o faz em dois movimentos: oferece uma crítica à maneira colonialista como as violências locais são pensadas por discursos exógenos à região, sobretudo aos diagnósticos da ausência de Estado e da expansão das facções; e apresenta um conjunto de problemas de pesquisa que guiam os trabalhos dos próprios autores, a respeito dos mercados ilegais, das formas de presença de Estado e das violências que incidem sobre corpos e populações indígenas, negras e periféricas. Ao final, o texto aponta a necessidade de investimentos em pesquisa sobre esses temas na região e a importância de uma produção de conhecimentos em aliança com movimentos sociais.

Por fim, o artigo *Matar e morrer no Amapá: letalidade policial, sentidos de justiça e regimes de desumanização*, de Marcus Cardoso, Carolina Lemos, Vinícius Barriga, Jade Figueiredo e Juliana Rocha, trata do fenômeno da violência policial no Amapá, a partir de dados de pesquisas etnográficas realizadas nos últimos quatro anos, por membros do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito (Laet) da Universidade Federal do Amapá (Unifap). A abordagem põe em foco o discurso policial acerca de sua própria letalidade, assim como as reações registradas por seus

9. Que propõe que os indígenas sejam “integrados” à sociedade abrindo mão de seus modos de vida originais e de sua cultura.

apoiadores em perfis da internet, como o Devotos do Bope-AP.¹⁰ Segundo os autores, os usos recorrentes de determinadas categorias êmicas para retratar e exaltar a letalidade policial – troca de tiros, pessoa de bem/trabalhador e bandido/criminoso – expressam sentidos de justiça e de direitos, ancorados numa visão de mundo hierarquizada, em que o direito à vida é compreendido como privilégio de determinados tipos morais, e o extermínio de alguns não é apenas tolerado, mas demandado.

As informações e perspectivas de análise reunidas nesta edição revelam um quadro abrangente e diverso do crime e da violência letal na região Norte do Brasil, destacando as interconexões políticas, econômicas e sociais que contribuem para as vulnerabilidades socioeconômicas, o desequilíbrio de poder e as injustiças que transpassam a degradação ambiental observada na região. Conexões entre diferentes atores e processos criminais (grilagem de terras, exploração ilegal de recursos naturais, narcotráfico etc.) e institucionais evidenciam a urgência de políticas públicas coordenadas e eficazes. A inexistência delas, nas diferentes áreas de jurisdição, tem sustentado – e mesmo exacerbado – uma (des)ordem social marcada por acentuada indistinção das fronteiras entre o legal e o ilegal, o oficial e o paralelo (Telles, 2010), o que complexifica a identificação e responsabilização das redes que agenciam negócios ilícitos e perpetram violência contra as populações locais – violência decorrente de conflitos de interesses socioeconômicos ou da ação de agentes do próprio Estado, que se ancora no caráter colonial do modelo de ocupação e acumulação capitalista que se estabeleceu na porção norte do país (Loureiro, 2022), marcado por subjugação e alguma resistência.

Por sua disponibilidade e generosidade em responder prontamente ao nosso convite, manifestamos nosso profundo agradecimento a Aiala Couto, professor da Universidade Estadual do Pará (Uepa); Alisson Santos, bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD)/Diest/Ipea; Ana Clara Figueiredo, estudante do curso de segurança pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista do PNPD/Diest/Ipea; Camila Dias, professora da Universidade Federal do ABC (UFABC) e bolsista do PNPD/Diest/Ipea; Carolina Barreto Lemos, vice-coordenadora do Laet/Unifap; Danilo Santa Cruz Coelho, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea; Fábio Candotti e Flávia Mello, professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Frederico Barbosa, técnico em planejamento e pesquisa do Ipea; Henrique Alves, pesquisador visitante do Ipea; Isabella Lunelli, bolsista do PNPD na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea; Jade Figueiredo e Juliana Rocha, mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da Unifap e pesquisadoras no Laet; Marcus Cardoso, professor da Unifap e coordenador do Laet; Pedro Rapozo e Reginaldo Conceição da Silva, professores da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), em Tabatinga, e membros do Nesam; Ricardo Gilson da Costa Silva e Rodolfo Jacarandá, professores da Universidade Federal de Rondônia (Unir); Rodrigo Chagas, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Ryanny Guimarães, bolsista do PNPD na Diest/Ipea; Taciana Coutinho, professora da Ufam em Tabatinga e membra do Nesam; e Vinícius Barriga, mestrando em antropologia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, da Universidade de Lisboa e pesquisador no Laet/Unifap. Agradecemos também a todos os pareceristas convidados, que se dispuseram a colaborar com esta edição, oferecendo valiosas contribuições aos textos e a seus autores e autoras, e cujos nomes não são aqui enunciados, dada a condição de se manterem anônimos, exigida pelas regras desta publicação.

10. Batalhão de Operações Policiais Especiais do Amapá.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, C. Amazônia sitiada: sob Bolsonaro, clubes de tiro explodem em áreas de conflito da Amazônia Legal – parte 1. **The Intercept Brasil**, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/11/09/sob-bolsonaro-clubes-de-tiro-explodem-em-areas-de-conflito-da-amazonia-legal/>. Acesso em: jul. 2023.
- CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: Ipea; FBSP, 2016. (Nota Técnica, n. 17). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9657-atlasdaviolencia2016completo.pdf>.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: ago. 2023.
- _____. **Anuário brasileiro de segurança pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: ago. 2023.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/51/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: ago. 2023.
- _____. **Atlas da violência 2021**. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: ago. 2023.
- LIMA, R. S. de; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100008>. Acesso em: ago. 2023.
- LOUREIRO, V. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, 2002.
- _____. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Valer, 2022.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, v. 32, 2016.
- TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- WAISBICH, L. T.; HUSEK, T.; SANTOS, V. **Territórios e caminhos do crime ambiental na Amazônia brasileira: da floresta às demais cidades do país**. Instituto Igarapé, 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/07/2022-07-AE-territorios-e-caminho-do-crime-ambiental-amazonia-brasileira.pdf>.

